

APRESENTAÇÃO

FORTALECIMENTO CIENTÍFICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO

É com muita satisfação que o Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP), a Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP), o Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça (CNPG), a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), publicam a 1ª edição da Revista do Ministério Público Brasileiro.

Os textos que integram esta edição foram selecionados a partir de um Edital de Chamamento de Artigos, para fomentar a produção de reflexões sobre questões elaborados sob a ótica e o pensamento científico, que se enquadrem nos campos de pesquisa de Direito e Justiça; Direito e Sociedade; Direito e Desenvolvimento; Direito Nacional e Internacional; Direitos e Garantias Fundamentais; Políticas Públicas; Criminologia; Sociologia; Filosofia e História do Direito.

A Revista do Ministério Público Brasileiro é um periódico semestral, de acesso aberto, que tem por objetivo fomentar a produção de trabalhos de interesse jurídico, o estudo e a pesquisa, bem como disseminar o conhecimento acadêmico e científico. A submissão de artigos é aberta a toda comunidade acadêmica e científica, não se restringindo a ser um veículo de comunicação apenas do Ministério Público.

O periódico segue os critérios editoriais requisitados pela QUALIS/CAPES, no que se refere às normas de submissão e estrutura organizacional. O Qualis é uma ferramenta de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizada para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. Obter uma classificação Qualis significa atestar não só a qualidade das pesquisas e das reflexões científicas, mas também do veículo de publicação.

Agradecemos o empenho dos autores e autoras que aqui compartilharam seus saberes e multiplicaram os conhecimentos oriundos de suas destacadas pesquisas e estudos acadêmicos. Também somos gratos ao empenho dos avaliadores que se dedicaram, no sistema de duplo cego, a examinar os textos submetidos.

Boa leitura!

Curitiba, inverno de 2022.



Eduardo Cambi
Promotor de Justiça
Presidente do Conselho Nacional de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e
Aperfeiçoamento Funcional do MP brasileiro (CDEMP)
Coordenador da Escola Superior do MPPR